

Fundações de Saúde, o recurso dos municípios

Sozinha, apenas mobilizando melhor os recursos disponíveis, a Prefeitura de Osasco conseguiu o que muitos ministros perseguem há anos sem êxito: acabar com as filas para os segurados do Inamps, pelo menos na clínica geral e especialidades tratadas nos seus postos, como cardiologia, ortopedia, ginecologia, pediatria, oftalmologia, exames de laboratório, odontologia e medicina preventiva. Também os não inscritos na Previdência Social são atendidos em Osasco com a mesma rapidez e gratuitamente, por meio da Fundação de Saúde Municipal-Fusam — criada na cidade em 1973.

Mas esse atendimento modelo — em Osasco, há unidades de medicina preventiva com distância de apenas 2 quilômetros entre elas — corre o risco de entrar em colapso, porque o convênio com o Inamps é deficitário: o Instituto paga um teto de Cr\$ 11 milhões mensais, o que obriga a Prefeitura a entrar com Cr\$ 20 milhões no mesmo período. Enquanto a Fusam de Osasco prepara-se para deter a crise mediante convênios com particulares, que remunerariam melhor os serviços prestados, a “febre” das fundações de saúde se espalha por outros municípios.

Amarradas à falta de recursos e aos limites burocráticos, as prefeituras do Interior vêem nas fundações o único meio de melhorar a saúde de seus habitantes e suprir a omissão do governo estadual e as falhas do Inamps. Com esse sistema — raciocinam os prefeitos — há um retorno dos gastos com as unidades municipais. Mesmo que esse retorno seja apenas parcial, as fundações representam a única saída eficaz, porque elas podem celebrar os convênios que são proibidos por lei às prefeituras: com o Inamps, com particulares e outras instituições federais e estaduais.

Recuperando com as fundações as verbas aplicadas os municípios pensam em reinvesti-los na construção de novos serviços médicos e no pagamento de maior número de profissionais. E se a Fusam de Osasco é para prefeitos como o de Martinópolis, médico José Carlos Janini um argumento contrário ao esquema, outros prefeitos, como o de Praia Grande, Dorivaldo Lória Júnior pretendem aplicar a mesma fórmula para as áreas de Saúde, Promoção Social e Educação.

“Através da Fundação São Francisco de Assis, cujo projeto estou encaminhando à Câmara — diz ele —, farei convênios com particulares, com o Inam — Instituto Nacional de Nutrição e instituições como o Plimec — Plano de Integração do Menor à Comunidade. Aumentarei o número de creches (o município mantém 4, para 1.285 crianças), distribuirei alimentos à população e implantarei a primeira faculdade de Praia Grande, entre outros planos. Só falta à Câmara aprovar.”

Já o prefeito de São José dos Campos, Joaquim Bevilacqua, vê na fundação de saúde que pretende criar a “única maneira de se impedir a entrada das multinacionais no setor e de se evitar a proletarianização da classe médica”, além dos benefícios já citados, de melhorias à saúde. Esse município mantém um pronto-socorro tão bem instalado, que inscritos em empresas prestadoras de serviços médicos (muitas,

com capital estrangeiro) preferem muitas vezes o serviço da Prefeitura aos proporcionados pelos convênios aos quais têm direito.

O município não pode cobrar nada por aquele atendimento, enquanto aquelas empresas lucram, pois, sem prestar assistência, continuam ganhando o mesmo, porque descontam mensalmente quantias fixas dos seus segurados, através da folha de pagamento de seus empregadores. Joaquim Bevilacqua visa ainda, com a fundação, facilitar o trabalho dos médicos: eles terão salas na instituição para atender aos seus clientes particulares, se assim o quiserem, nos horários em que não estiverem trabalhando para o município. Em troca, pagarão pequenas taxas pelo uso de equipamentos, inclusive cirúrgicos, bem menores do que se tivessem que instalar suas clínicas. Com isso, acredita o prefeito, eles poderão escapar dos empregos assalariados nas empresas médicas. Se os planos de Bevilacqua derem certo, São José dos Campos terá um hospital municipal ao lado do pronto-socorro e, até o fim do ano, mais 8 postos médicos, além dos 8 já existentes.

Com apenas 2 meses de existência, a Fundação de Saúde de São Vicente — Fusasvi — anuncia o começo de dois novos serviços para a cidade, a partir de setembro: o de prevenção ao câncer ginecológico e o pronto-socorro dentário. Paralelamente, reforma seus ambulatórios e prontos-socorros e espera um convênio com o Inamps. Seu diretor-presidente, médico Sylvio Correa da Silva, explica que o município vinha mantendo seus serviços médicos com muita dificuldade, principalmente devido aos preços dos medicamentos, que custam “neste ano mais do que o dobro do ano passado. Com a fundação, poderemos até receber doações de particulares”.

A falta de condições financeiras para a Prefeitura ter um Hospital Regional foi também um dos fatores que levou o prefeito de Santo André, Lincoln Grillo, a optar pela fundação. “Vamos imprimir ao hospital, que será concluído em 2 anos, uma filosofia empresarial para que ele não dê prejuízos. Cancelaremos o hospital municipal, deixando 50 dos 400 leitos do regional para pessoas sem recursos. No restante, será tudo pago mediante convênios com indústrias, Inamps ou atendimentos particulares” — afirma Grillo.

Santo André possui uma entidade no gênero desde 1967, a Faixa — Fundação de Assistência à Infância — que presta assistência médica a 80% das crianças da cidade, segundo Aldo Fazzi, secretário da Saúde. Lembra ele os processos mais ágeis permitidos às fundações: elas são mais autônomas, enquanto as prefeituras dependem às vezes de consultas à Câmara para aprovar uma verba.

SEM POLÍTICA?

Já outra vantagem mencionada por Fazzi, de que as fundações são menos vulneráveis à influência política é contestada por vereadores opositoristas de Osasco, que atribuem à Fusam a característica de “cabide de empregos”, responsabilizando os gastos com seus 800 funcionários pela crise da instituição.

Enquanto isso, em São Vicente, funcionários municipais absorvidos pela Fusasvi reclamam das diferenças salariais entre eles e os 30 admitidos pela fundação, “que recebem mais, embora executem o mesmo serviço”. Alguns médicos reclamam da carga horária da Fundação, que é maior do que na antiga Supervisão de Saúde.